



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 210/2024

Contratante: Município de Hortolândia/Fundo Municipal de Saúde

Detentora: Maspel Comércio de Ferragens e Ferramentas Ltda ME

Processo Administrativo nº 60400/2024

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 10/2024

O **Município de Hortolândia**, pessoa jurídica de direito público interno, sediada na Rua José Cláudio Alves dos Santos, nº 585, Bairro Remanso Campineiro, no Município de Hortolândia – SP, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 67.995.027/0001-32, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Serviços Urbanos, Sr. **Vicente Andreu Guillo**, brasileiro, casado, estatístico, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 8.656.438-9 –SSP/SP, devidamente inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº. 990.937.408-06, data de nascimento: 8/9/1957; e, o **Fundo Municipal de Saúde**, pessoa jurídica de direito público interno, sediada na Rua José Cláudio Alves dos Santos, nº 585, Bairro Remanso Campineiro, no Município de Hortolândia – SP, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 13.843.145/0001-04, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. **Dênis André José Crupe**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade (R.G.) nº 22.708.026-9, devidamente inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (C.P.F./M.F.) sob nº 152.716.808-51, doravante denominados **CONTRATANTES**, e, de outro lado, a empresa **Maspel Comércio de Ferragens e Ferramentas Ltda ME**, pessoa jurídica de direito privado, sediada na Rua Washington Aparecido dos Santos Luiz, nº 366, bairro Jardim Nova Terra, CEP/13.179-062, no Município de Sumaré, Estado de São Paulo, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – (CNPJ/MF) sob o nº 49.419.122/0001-06, com Inscrição Estadual registrada sob nº 671.589.350.119, neste ato representado por seu sócio, Sr. **Matheus Rabelo Coura**, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade (R.G.) nº 52.655.896-9, devidamente inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – (CPF/MF) sob nº 477.319.788-93, doravante denominada **DETENTORA**, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇO**, mediante as cláusulas e condições a seguir



enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a “Ata de Registro de Preço” para aquisição de materiais de elétricos e outros, necessários à manutenção dos Próprios Públicos no Município de Hortolândia”, de acordo com as especificações contidas no Termo de referência, e nas demais condições aqui estipuladas.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Descrição	Unid. Med.	Marca	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
3	Abraçadeira nylon 3,6x300mm	UNID	Melfi	14858	0,11	1.634,38
5	Abraçadeira tipo D 1" com parafuso metálica	UNID	Elecon	765	0,62	474,30
7	Adaptador benjamin T/padrão novo 2P+T	UNID	Ilumi	773	3,42	2.643,66
8	Aquecedor de água elétrico 220v para pias, lavatórios, torneiras, etc.	UNID	Lorenzetti	188	134,30	25.248,40
10	Bracadeira para eletrodutos aparentes 1/2 pvc	UNID	Elecon	630	0,56	352,80
11	Bracadeira para eletrodutos aparentes 3/4 pvc	UNID	Elecon	1065	0,62	660,30
15	Cabo de rede 24 AWG 4 pares 305 MTS CAT 5	CX	Megatron	201	291,15	58.521,15
18	Cabo flex. 16mm com 100 mt	RL	Megatron	383	697,97	267.322,51
21	Cabo flex. 4,0mm com 100 mt	RL	Megatron	802	169,97	136.315,94
25	Cabo Pp 2x4mm	M	Megatron	840	5,08	4.267,20
27	Caixa de passagem PVC 4x4 amarela embutir	UNID	ivasa	195	1,66	323,70
30	Calha Simples 2x20	UNID	Ilumi	499	9,70	4.840,30
33	Canaleta PVC 30x30X2000mm	UNID	Ilumi	408	15,21	6.205,68
35	Chuveiro 127v, 5500w	UNID	Sintex	200	41,00	8.200,00
41	Condutele com 03 mts galvanizados 3/4	BR	Elecon	278	13,80	3.836,40
43	Conector metálico 35mm, tipo split bolt	PÇ	Tecmel	203	5,84	1.185,52
46	Conjunto montado c/ 02 tomadas 4x2-10A-2P+T	UNID	Ilumi	635	4,82	3.060,70
47	Conjunto montado de interruptor + tomada	UNID	Ilumi	242	4,80	1.161,60
48	Conjunto montado de interruptor campainha	UNID	Ilumi	117	4,80	561,60



49	Conjunto montado de interruptor simples	UNID	Ilumi	302	3,29	993,58
51	Conjunto montado de tomada dupla 2p+T 10A	UNID	Perlex	426	4,80	2.044,80
52	Conjunto montado de tomada para telefone 4p Telebrás + Rj11 4x2	UNID	Ilumi	334	4,96	1.656,64
55	Controle de velocidade para ventilador comercial com reversão (voltagem escolhida na entrega)	UNID	A Santos	443	17,83	7.898,69
56	Cotovelo 90° para canaleta de distribuição 50x20	UNID	Ilumi	68	2,02	137,36
57	Cotovelo interno para canaleta de distribuição 50x20	UNID	Ilumi	68	2,02	137,36
60	Derivação em T para canaleta de distribuição 50x20	UNID	Ilumi	53	2,39	126,67
91	Eletroduto 1/2 de pvc, para instalação aparente, 3m	UNID	Dantas	274	6,12	1.676,88
92	Eletroduto 3/4 de pvc, para instalação aparente, 3m	UNID	Dantas	297	7,69	2.283,93
96	Fio 2,5mm na cor azul com 100 mts	RL	Megatron	881	98,70	86.954,70
97	Fio 2,5mm na cor preto com 100 mts	RL	Megatron	851	98,70	83.993,70
99	Fita de aço perfurada 19mm com altura e 0,4 a 0,65mm	M	Ancora	634	2,39	1.515,26
102	Haste terra 1/2 x 2,40mts c/ conector	UNID	Olivo	206	24,25	4.995,50
103	Interruptor duplo - 4x2 - 10 a 20A com espelho	UNID	Ilumi	152	5,89	895,28
104	Interruptor duplo sistema X com espelho	UNID	Ilumi	189	6,45	1.219,05
106	Interruptor simples + tomada sistema X com respectiva caixa	UNID	Ilumi	548	6,34	3.474,32
115	Lâmpada mista 250w E27, com selo procél	UNID	Osram	319	47,00	14.993,00
122	Luva para canaleta de distribuição 50x20	UNID	Ilumi	49	3,99	195,51
125	Placa de espelho cego 4x2	UNID	Ilumi	143	1,15	164,45
133	Quadro de distribuição embutir liso, com barramento, 36 DIN	PÇS	Steck	184	217,70	40.056,80
143	Resistência p/chuveiro padrão lorenzetti 127v de 4400w até 5400w ou mais	UNID	LC	369	5,90	2.177,10
144	Resistência p/chuveiro padrão lorenzetti 220v de 5400w ou mais	UNID	LC	519	5,90	3.062,10
148	Tomada 2P+T Padrão NBR 14136 corrente 20A 250V Eletrod PVC 25mm amarelo	UNID	Ilumi	195	6,75	1.316,25



150	Tomada para telefone sistema X 4p Telebrás + Rj11 4x2 com respectiva caixa	UNID	Ilumi	472	6,89	3.252,08
152	Trilho DIN 35x2 M Alto	UNID	Perfilaço	199	26,40	5.253,60
155	Abraçadeira nylon 3,6x300mm	UNID	Melfi	4952	0,11	544,72
162	Bracadeira para eletrodutos aparentes 1/2 pvc	UNID	Elecon	210	0,56	117,60
163	Bracadeira para eletrodutos aparentes 3/4 pvc	UNID	Elecon	355	0,62	220,10
165	Cabo de cobre nú 16 mm	M	Aeria	180	12,50	2.250,00
166	Cabo de rede 23 AWG 4 pares 305 MTS CAT 6	CX	Megatron	70	435,49	30.484,30
177	Cabo Pp 2x4mm	M	Megatron	280	5,08	1.422,40
178	Caixa de passagem PVC 4x2 amarela embutir	UNID	Ivasa	90	0,80	72,00
182	Calha Simples 2x20	UNID	Ilumi	166	9,70	1.610,20
184	Canaleta de distribuição 50x20x2000mm	BAR	Perlex	140	19,35	2.709,00
188	Chuveiro 220v, 5500w	UNID	Sintex	106	41,00	4.346,00
193	Condulete com 03 mts galvanizados 3/4	BR	Elecon	92	13,80	1.269,60
196	Conector porcelana 10mm 3 polos	UNID	Interned	75	4,50	337,50
198	Conjunto montado c/ 02 tomadas 4x2-10A-2P+T	UNID	Ilumi	211	4,82	1.017,02
200	Conjunto montado de interruptor campainha	UNID	Ilumi	39	4,80	187,20
203	Conjunto montado de tomada dupla 2p+T 10A	UNID	Perlex	142	4,80	681,60
204	Conjunto montado de tomada para telefone 4p Telebrás + Rj11 4x2	UNID	Ilumi	111	4,96	550,56
207	Controle de velocidade para ventilador comercial com reversão (voltagem escolhida na entrega)	UNID	A Santos	147	17,83	2.621,01
208	Cotovelo 90° para canaleta de distribuição 50x20	UNID	Ilumi	22	2,02	44,44
209	Cotovelo interno para canaleta de distribuição 50x20	UNID	Ilumi	22	2,02	44,44
212	Derivação em T para canaleta de distribuição 50x20	UNID	Ilumi	17	2,39	40,63
243	Eletroduto 1/2 de pvc, para instalação aparente, 3m	UNID	Dantas	91	6,12	556,92
245	Espelho cego p/condulete 1" (placa)	UNID	Elecon	62	3,00	186,00
247	Filtro de linha e protetor bivolt, mínimo de 4 tomadas	PÇ	A Santos	58	16,70	968,60
250	Fio paralelo 2x1,5 flexível com 100 mts	RL	Megatron	153	121,00	18.513,00



251	Fita de aço perfurada 19mm com altura e 0,4 a 0,65mm	M	Ancora	211	2,39	504,29
255	Interruptor duplo - 4x2 - 10 a 20A com espelho	UNID	Ilumi	48	5,89	282,72
256	Interruptor duplo sistema X com espelho	UNID	Ilumi	63	6,45	406,35
258	Interruptor simples + tomada sistema X com respectiva caixa	UNID	Ilumi	182	6,34	1.153,88
259	Interruptor sistema X	UNID	Ilumi	59	4,98	293,82
265	Lâmpada mercúrio 400w, com selo procel	UNID	Lukma	124	61,99	7.686,76
267	Lâmpada mista 250w E27, com selo procel	UNID	Osram	106	47,00	4.982,00
274	Luva para canaleta de distribuição 50x20	UNID	Ilumi	16	3,99	63,84
277	Placa de espelho cego 4x2	UNID	Ilumi	47	1,15	54,05
279	Plafonier PVC p/ 1 lâmpada com bocal de porcelana	PÇS	Interned	80	2,44	195,20
280	Plug macho padrão novo 2P+T 10A	UNID	Luster	217	2,94	637,98
283	Quadro de distribuição embutir liso, 4 DIN	PÇS	Legrand	61	24,80	1.512,80
285	Quadro de distribuição embutir liso, com barramento, 36 DIN	PÇS	Steck	61	217,70	13.279,70
295	Resistência p/chuveiro padrão lorenzetti 127v de 4400w até 5400w ou mais	UNID	LC	123	5,90	725,70
296	Resistência p/chuveiro padrão lorenzetti 220v de 5400w ou mais	UNID	LC	173	5,90	1.020,70
300	Tomada 2P+T Padrão NBR 14136 corrente 20A 250V Eletrod PVC 25mm amarelo	UNID	Ilumi	65	6,75	438,75
302	Tomada para telefone sistema X 4p Telebrás + Rj11 4x2 com respectiva caixa	UNID	Ilumi	157	6,89	1.081,73
						902.405,86

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta da detentora;



1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses contados da sua assinatura, na forma do artigo 09 do Decreto Municipal 5179/2023.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução, os modelos de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da presente Ata de Registro de Preços é de **R\$ 902.405,86** (novecentos e dois mil quatrocentos e cinco reais e oitenta e seis centavos).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto .

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. A detentora, quando do cumprimento às Ordens de Fornecimento, emitirá as respectivas notas fiscais/faturas, discriminando as quantidades e produtos fornecidos.

6.2. Após a efetiva entrega e conferência dos itens, o (s) profissional (is) responsável (is) promoverá (ão) o ateste na (s) nota (s) fiscal (is), encaminhando-as para pagamento.



6.3. Os pagamentos deverão ser efetuados em 10 (dez) dias, fora a dezena, da data do ateste das notas fiscais/faturas.

6.4. As notas fiscais/fatura deverão ser emitidas para o **MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA**, sob o número de CNPJ 67.995.027/0001-32, exceto quando a Secretaria requisitante for a Saúde, neste caso as notas fiscais/fatura deverão ser emitidas para **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, sob o número de CNPJ 13.843.145/0001-04.

6.5. Por força da Instrução Normativa RFB nº 2043/2021, para fins Tributários, os valores para recolhimento previdenciário (INSS) devem estar discriminados na Nota Fiscal;

6.6. Considerando decisão proferida pelo STF – RE 1.293.453 em 11/10/2021 e por força do Decreto Municipal 4.947/2021 que trata das regras de retenção de tributos no pagamento a fornecedores por Órgãos e Entidades do Poder Executivo, dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1234/2012, ao efetuar os pagamentos a CONTRATANTE procederá à retenção do imposto de renda (IR).

6.6.1. As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação de serviços contratados ou fornecimento dos bens contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do art. 158 da Constituição Federal de 1988;

6.6.2. As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou prestação de serviços, para entrega futura;

6.6.3. Não estão sujeitos à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados a pessoas ou serviços e mercadorias elencados no art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012.

6.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a detentora não tenha concorrido de alguma deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos



dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados na hipótese de ocorrência do artigo 84 da Lei 14.133/2021.

7.2. O reajuste se dará após negociação entre as partes, observando-se como limite máximo a variação do índice IPCA/IBGE.

7.3. O reajuste de preços deverá ser solicitado formalmente pela DETENTORA.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).



7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Sem prejuízo das obrigações descritas no Termo de referências, são obrigações da **CONTRATANTE**:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela detentora, de acordo com a Ata de Registro de Preços e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;**8.4.** Notificar a detentora, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços e o cumprimento das obrigações pela detentora;

8.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.6. Efetuar o pagamento a detentora do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos na presente Ata de Registro de Preços;



8.7. Aplicar a detentora as sanções previstas na lei e nesta Ata de Registro de Preços;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Prefeitura Municipal de Hortolândia para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela detentora;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da presente Ata de Registro de Preços, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.9.1. A Administração terá o prazo de *01 (um) mês*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela detentora no prazo máximo de *01 (um) mês*.

8.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela detentora com terceiros, ainda que vinculados à execução da Ata de Registro de Preços, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da detentora, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

9.1. Sem prejuízo das obrigações descritas no Termo de referências, são obrigações da **DETENTORA**:

9.2. A detentora deve cumprir todas as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas



decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da Ata de Registro de Preços ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal da Ata de Registro de Preços, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços pela detentora, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto da Ata de Registro de Preços;

9.9. Comunicar ao Fiscal da Ata de Registro de Preços, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto.



9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução da Ata de Registro de Preços, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal da Ata de Registro de Preços, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da Ata de Registro de Preços;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD

10.1. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de



Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018);

10.1.1. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei nº 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

10.2. A detentora obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual;

10.2.1. A detentora não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual;

10.2.2. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação do município de Hortolândia, responsabilizando-se a detentora pela obtenção e gestão.

10.3. A detentora obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou o município de Hortolândia está exposto;

10.4. A detentora deverá manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;



10.4.1. A detentora deverá permitir a realização de auditorias do município de Hortolândia e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de proteção de dados;

10.4.2. A detentora deverá apresentar ao município de Hortolândia, sempre que solicitado, toda e qualquer informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto contratado, bem como os demais dispositivos legais aplicáveis.

10.5. A detentora se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que deverá estar disponível em caráter permanente para exibição ao município de Hortolândia, mediante solicitação;

10.5.1. A detentora deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do município de Hortolândia, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

10.6. A detentora não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual;

10.6.1. Caso autorizada transmissão de dados pela detentora a terceiros, as informações fornecidas/compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual.

10.7. A detentora deverá adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das



finalidades deste contrato, bem como dispor de mecanismos que possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados;

10.8. A detentora deverá comunicar formalmente e de imediato ao município de Hortolândia, por meio do Gestor do Contrato, a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a Titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções;

10.8.1. A comunicação acima mencionada não eximirá a detentora das obrigações, e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

10.9. Encerrada a vigência do contrato ou após a satisfação da finalidade pretendida, a detentora interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelo município de Hortolândia e, em no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determinado por este, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias por ventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a detentora tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal;

10.10. A detentora ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido incluindo sanções aplicadas pela autoridade nacional decorrentes de tratamento inadequado dos dados pessoais compartilhados pelo município de Hortolândia para as finalidades pretendidas neste contrato;

10.11. A detentora ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pelo município de Hortolândia.

10.11.1. Eventuais responsabilidades serão apuradas de acordo com o que dispõe o Capítulo VI, Seção III, da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO



11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As infrações e sanções administrativas serão consideradas e aplicadas nos termos do Decreto Municipal 5.181 de 24 de janeiro de 2023.

12.2. A aplicação das sanções aqui previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A Ata de Registro de Preços se extingue quando vencido o prazo nela estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

13.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica da detentora, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Programa deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Secretaria de Governo

02.21.01.04.122.0207.2050.3.3.90.30

02.21.01.04.122.0207.2050.4.4.90.52



Secretaria de Planejamento Urbano e Gestão Estratégica

02.22.01.04.121.0102.2050.3.3.90.30

02.22.01.04.121.0102.2050.4.4.90.52

Secretaria de Assuntos Jurídicos

02.23.01.03.092.0207.2050.3.3.90.30

02.23.01.03.092.0207.2050.4.4.90.52

Secretaria de Finanças

02.24.01.04.123.0102.2050.3.3.90.30

02.24.01.04.123.0102.2050.4.4.90.52

Secretaria de Administração e Gestão de Pessoal

02.25.01.04.122.0102.2050.3.3.90.30

02.25.01.04.122.0102.2050.4.4.90.52

Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

02.26.01.18.541.0308.2050.3.3.90.30

02.26.01.18.541.0308.2050.4.4.90.52

Secretaria de Segurança

02.27.01.06.181.0309.2050.3.3.90.30

02.27.01.06.181.0309.2050.4.4.90.52

Secretaria de Desenvolvimento Econômico

02.28.01.22.661.0102.2050.3.3.90.30

02.28.01.22.661.0102.2050.4.4.90.52

Secretaria de Habitação

02.31.01.16.482.0205.2050.3.3.90.30

02.31.01.16.482.0205.2050.4.4.90.52

Secretaria de Inclusão e Desenvolvimento Social

02.32.01.08.244.0205.2050.3.3.90.30

02.32.01.08.244.0205.2050.4.4.90.52

Secretaria Municipal de Educação

02.33.01.12.122.0204.2050.3.3.90.30

02.33.01.12.122.0204.2050.4.4.90.52

02.33.02.12.365.0204.2050.3.3.90.30

02.33.02.12.365.0204.2050.4.4.90.52

02.33.03.12.361.0204.2050.3.3.90.30



02.33.03.12.361.0204.2050.4.4.90.52

Secretaria de Saúde

02.35.01.10.122.0206.2050.3.3.90.30

02.35.01.10.122.0206.2050.4.4.90.52

02.35.02.10.301.0206.2050.3.3.90.30

02.35.03.10.305.0206.2050.3.3.90.30

Secretaria de Cultura

02.36.01.13.122.0204.2050.3.3.90.30

02.36.01.13.122.0204.2050.4.4.90.52

Secretaria de Esportes e Lazer

02.37.01.27.812.0204.2050.3.3.90.30

02.37.01.27.812.0204.2050.4.4.90.52

Secretaria de Obras

02.38.01.15.451.0308.2050.3.3.90.30

02.38.01.15.451.0308.2050.4.4.90.52

Secretaria de Serviços Urbanos

02.39.01.15.452.0308.2050.3.3.90.30

02.39.01.15.452.0308.2050.4.4.90.52

02.39.02.15.452.0308.2490.3.3.90.30

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSO

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES



16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. A detentora é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da Ata de Registro de Preços.

16.3. Registros que não caracterizam alteração da Ata de Registro de podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO TERMO CONTRATUAL

17.1. As obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços poderão ser formalizadas através de termo contratual, podendo ainda consubstanciar-se na própria nota de empenho, na hipótese prevista no artigo 95 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

17.2. A recusa da detentora em retirar a nota de empenho ou assinar a Ata de Registro de Preços caracteriza descumprimento de obrigações, podendo-lhe acarretar as sanções previstas.

17.3. No caso previsto no subitem anterior, a critério da Administração, poderá ser celebrada a Ata de Registro de Preços com as remanescentes, obedecida à ordem classificatória e as mesmas condições oferecidas pela detentora, inclusive quanto ao preço.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.



CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1. A interpretação e aplicação dos termos contratuais serão regidas pelas leis brasileiras e o Juízo da Comarca de Hortolândia – Estado de São Paulo, terá jurisdição e competência sobre qualquer controvérsia resultante desta Ata de Registro de Preços, constituindo assim o foro de eleição, prevalecendo sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam a presente, por si e seus sucessores, para todos os fins de direito.

Hortolândia, 08 de maio de 2024.

Município de Hortolândia
Vicente Andreu Guillo

Fundo Municipal de Saúde
Denis Andre José Crupe

Maspel Comércio de Ferragens e Ferramentas Ltda ME
Matheus Rabelo Coura